

27 ABR 1992

Célio de Castro \*

A te hoje o governo foi incapaz de estabelecer uma sólida maioria parlamentar. Nem mesmo com a anunciada "reforma ministerial", que nada renovou e só trouxe para o primeiro plano figuras ligadas ao sinistro regime militar.

Sem maioria, o governo está sendo forçado a negociar com os elementos mais fisiológicos do Congresso.

Até hoje, o PMDB não decidiu ainda se é oposição ou se é governo. Essa ambiguidade fica clara no episódio da reeleição do atual líder do PMDB, que só se manteve no cargo pelas pressões de eminentes ministros. Mesmo assim, só obteve a vitória por 52 votos contra 49 dados ao seu opositor.

O PSDB também não decidiu ainda se é governo ou oposição. A dúvida hamletiana dos tucanos ficou mais do que encaracrada nos recentes episódios da "reforma ministerial".

O resultado de tudo isso é o imenso pântano político em que se encontra o Congresso, há quase um mês sem votar nada. Sem maioria, o governo não quer ir para o voto. PMDB e PSDB idem.

A falta de liderança e vontade políticas nos campos do governo e da oposição nos levaram a essa abulia.

No entanto, gostaria de destacar que a imensa maioria dos congressistas nunca se recusou a cumprir seu dever. Na Constituinte, as votações nunca ocorriam com menos de 400 parlamentares em plenário. Nos instantes mais delicados do governo Collor, houve sempre um maciço comparecimento.

Seremos capazes de formar um bloco parlamentar e impormos uma pauta mínima

# Sob o signo de Hamlet

JORNAL DO BRASIL

1011

É comum termos um plenário cheio à espera das reuniões dos líderes dos grandes partidos que discutem, discutem e nada deliberam.

As duas colunas de Villas-Boas Corrêa (dias 21 e 22) devem servir também como base para uma profunda autocritica das esquerdas.

Em 1987, na Constituinte, a esquerda, a centro-esquerda e os setores democráticos e progressistas conseguiram aprovar uma Constituição democrática para o país. Fomos derrotados apenas na reforma agrária e no mandato do então presidente da República.

Saimos unidos da Constituinte, mas nos dividimos na sucessão presidencial. Os resultados foram trágicos. Depois da derrota em 89, a esquerda perdeu a iniciativa. Deixou-se acuar pelo debate em torno da privatização do Estado e acabou sendo apontada como uma defensora da estatização.

Estatização x privatização são os dois lados de uma mesma moeda falsa — o Estado corrupto, ineficiente, clientilista e paternalista. A grande bandeira que a esquerda e a centro-esquerda deveriam ter levantado seria a da desprivatização do Estado.

Afinal, a corrupção não é um sinal evidente de que o Estado está a serviço dos interesses privados de quadrilhas?

Hoje, a esquerda, a centro-esquerda e os setores democráticos e progressistas do Congresso se encontram diante de novos desafios:

Seremos capazes de formar um bloco parlamentar e impormos uma pauta mínima

de trabalho e de votações do Congresso que atenda aos reais interesses dos brasileiros?

Seremos capazes de propor à sociedade brasileira um projeto mínimo contra a recessão, o desemprego e à retomada do desenvolvimento?

Seremos capazes de nos unir nas eleições municipais deste ano para começarmos a construir uma sólida base eleitoral para 1994?

Em 1994, seremos capazes de oferecer à sociedade um projeto sério de governo para combater a inflação e promover o desenvolvimento, uma melhor distribuição de renda e oferecer casa, pão, trabalho, educação, saúde, segurança e transporte para todos os brasileiros?

A crise é grave e exige respostas imediatas.

Três anos depois, a reforma agrária ainda continua no papel pois o Congresso não regulamentou ainda a propriedade produtiva.

Por conveniência — afinal, a "bancada ruralista" é a maior do Congresso — os parlamentares recusam-se a entender que a reforma agrária não é apenas um problema que afeta posseiros, trabalhadores rurais e trabalhadores sem terra.

Ela é vital para a saúde e o desenvolvimento harmônico das grandes e médias cidades do Brasil.

Trabalho para todos no campo representa alimentos mais baratos, o fim das migrações para as cidades o fim da proliferação de favelas, de menores abandonados e da violência nos centros urbanos.

O país continua sem uma lei que estabeleça uma política estável para o salário mínimo e os demais salários.

Não há um debate sério sobre o Estado de que o Brasil necessita.

O que temos visto, até agora, foi a privatização de estatais lucrativas, como a Usiminas, e o sucateamento da saúde pública, da pesquisa científica e tecnológica, da educação. Os valores éticos e morais da sociedade foram substituídos pela "lei de Gerson".

Não há um debate sério sobre uma política que permita a todos os brasileiros o acesso à habitação, ao vestuário e à alimentação.

Muito menos, sobre bens de consumo popular que ajudariam, pelo menos, a atenuar os rigores da recessão.

Todos estes assuntos serão discutidos hoje, preliminarmente, numa reunião dos líderes do PSB, PPS, PT, PC do B, O PDT, ainda não se decidiu a formar este bloco. O PSDB e PMDB — como sempre — hesitam.

Se falharmos, teremos traído a confiança daqueles que acreditaram que a volta da democracia lhes traria também uma vida nova, justa e digna.

A democracia nunca será defendida pelos fámitos, os injustiçados e os deserdados da Terra.

Então, quando menos esperarmos, aparecerá alguém na TV dizendo:

"Senhores ministros e secretários,

Minha gente,

Pareceu-me fundamental convoá-los prontamente na manhã de hoje..."